

'Brasil precisa dar à China a mesma atenção que aos EUA e à Euro

Guilhon Albuquerque analisa a política do governo brasileiro com o pa

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

O professor José Augusto Guilhon Albuquerque, titular aposentado da USP e referência obrigatória em relações internacionais, veio reforçar o Grupo de Estudos Brasil-China do Centro de Estudos Avançados

(CEAv) da Unicamp, onde é *fellow* desde dezembro passado. Com uma formação considerada *sui generis*, o filósofo e cientista político se notabilizou por pesquisas e publicações em teoria política e comportamento eleitoral, política externa brasileira, integração regional, Mercosul e relações bilaterais com os EUA.

Convencido de que a área de estudos Brasil-China vai se tornar uma das mais importantes – “se não a

mais importante” – das relações internacionais do país, afirma que seu ingresso no CEAv elevará seus próprios estudos sobre o tema a uma dimensão que ainda não possuem. Na entrevista que segue, o *fellow* comenta as relações do Brasil com a China e também com o resto do mundo, agora que Dilma Rousseff já completou um ano no lugar de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência.

Jornal da Unicamp – Diante da importância que ganharam as relações Brasil-China, poderia traçar um panorama de como elas eram, como estão e como deverão ficar?

José Augusto Guilhon Albuquerque – Voltando no tempo: o Brasil não reconheceu a então criada República Popular da China [1949] e manteve relações diplomáticas com Taiwan, para onde se transferiu o antigo regime nacionalista chinês (Kuomintang). Houve uma tentativa de reaproximação nos anos 60, no governo de João Goulart – que, como sabemos, estava em visita à China quando da tentativa de golpe para impedi-lo de assumir a Presidência. Naquela época, estavam-se estabelecendo relações comerciais entre os dois países. Por razões puramente políticas internas, o governo militar simplesmente prendeu e expulsou os diplomatas chineses que estavam no Brasil em missão comercial, foi um grande alvoroço.

As relações com a China foram reatadas nos anos 70, no governo Geisel, reatamento que dizia mais respeito à relação do Brasil com os Estados Unidos: era um pouco para criar ou manter certo distanciamento do governo americano. Nos anos 90, entretanto, essa aproximação se tornou mais positiva, quando o governo Fernando Henrique lançou a ideia de uma parceria estratégica entre Brasil e China, visto que eram dois países em desenvolvimento, dois países continentais, dois países que lutavam pelo progresso econômico e social.

Acontece que a parceria estratégica permaneceu muito mais como algo simbólico do que como uma realidade. Numa ocasião, o cônsul-geral do Japão me perguntou por que o Brasil dava tão mais importância para a China, quando seu país tinha muito mais investimentos aqui: “Por que vocês mandam os melhores diplomatas para a China e não para o Japão?”.

Não há a menor dúvida de que a ideia da parceria estratégica tomou uma dimensão maior com o governo Lula, que dela tirou proveito no momento exato em que a China estava se tornando, entre os países emergentes, aquele que emergia mais rápido; no momento em que o comércio com a China estava crescendo e que o Brasil também crescia, ambos na sequência de todas as reformas e investimentos feitos nos dois países nos últimos 25 anos. O que era simbólico apenas, passou a ser dinamizado. Hoje o nosso principal parceiro comercial é a

China, que também é um grande investidor no Brasil, ainda que os investidores europeus continuem tendo maior peso e que os Estados Unidos, em termos de estoque de investimentos, continuem imbatíveis.

Na verdade, ‘parceria estratégica’ é um termo bonito, mas simboliza o que não existe na realidade: o Brasil não tem qualquer interesse estratégico naquilo que é o maior interesse estratégico da China, que consiste no Leste e no Sudeste Asiáticos; então, não se pode dizer que exista uma parceria estratégica propriamente dita. Mas, lendo o que Lula tem dito nas visitas que fez à China, temos várias áreas em que existe uma confluência bastante grande de interesses e, por outro lado, questões que são radicalmente diferentes. Sem dúvida, o Brasil precisa dar à China uma atenção igual à que dá aos Estados Unidos, Europa e outros parceiros importantes.

JU – O senhor acredita numa aproximação maior com a China também em outros campos, além do comercial?

José Augusto Guilhon Albuquerque – Esta é a política que os dois governos tentam levar adiante. Por enquanto, acho que isso não depende apenas de política de governo, as relações ainda estão completamente limitadas aos setores governamentais e empresariais. Do ponto de vista social, existe o turismo, mas é um país longínquo, fica caro viajar para lá e vice-versa. Depois, existe a barreira da cultura, não tanto da língua, mas da maneira de olhar o mundo, de comportamento, etc. Um ponto que pode ser fundamental é que as elites não empresariais e não governamentais busquem essa aproximação, sobretudo a elite acadêmica. Embora esteja muito voltada para seus estudos, a academia acaba sempre compartilhando e divulgando conhecimentos, o que provavelmente vai acontecer, pois brasileiros e chineses estão interessados nisso.

Uma barreira é que os dois países são muito autocentrados, voltados para o próprio umbigo. A China, durante milênios, sempre desconsiderou o seu entorno, enquanto que no Brasil, até dez anos atrás, relações internacionais eram coisa do Itamaraty, nem sequer do governo como um todo. Hoje já existe uma página internacional significativa nos jornais e várias câmaras de comércio procuram se dirigir à população. As coisas estão andando, e isso vai devagar.

JU – Falando agora de política externa de forma geral, e com um ano de governo Dilma, quais mudanças o senhor percebe em comparação ao governo Lula?

José Augusto Guilhon Albuquerque – Acho que há mais continuidade do que mudanças. As alterações estão no detalhe, na ênfase e envoltas em reações mais para o público interno que para o público externo. Foram apontadas como mudanças na política externa as declarações da presidente sobre a questão dos direitos humanos no Irã – em resposta às críticas surgidas no período eleitoral por causa do apoio do governo Lula ao regime de Teerã e que teve repercussões nas pesquisas de opinião. Mas até agora o Brasil não apoiou nada condenando a questão dos direitos humanos e, quando a detentora do Nobel da Paz e refugiada política do Irã [Shirin Ebadi] aqui esteve, não foi recebida pela presidente. A questão dos direitos humanos em Cuba está nos jornais, não preciso nem comentar [essa entrevista foi concedida no dia seguinte à chegada de Dilma Rousseff a Havana].

JU – Em uma entrevista, o senhor sugere que a presidente não tem a mesma pretensão de Lula de se tornar uma liderança internacional.

José Augusto Guilhon Albuquerque – Claramente, a presidente Dilma não tem a política externa como sua prioridade. Nos oito anos em que participou do governo Lula, ela nunca demonstrou maior interesse nessa questão. E, nas oportunidades que tem tido para tomar uma atitude na política externa, ela claramente optou por não tomar. Ela mantém um *low profile*, quer dizer, um perfil modesto. Isso fica claro num fato: embora houvesse uma pressão muito grande para que tivesse como chanceler o então assessor de Relações Internacionais Marco Aurélio Garcia, a presidente optou por ter um diplomata de carreira [Antonio de Aguiar Patriota], o que pode significar uma diplomacia mais afinada com as tradições do Itamaraty.

JU – Voltando a Cuba: Dilma Rousseff lá esteve alegando interesses apenas comerciais. O Brasil pode ser um parceiro importante da ilha nesta área?

José Augusto Guilhon Albuquerque – É difícil dizer que a visita tenha sido sobretudo comercial. Na verdade, a presidente levou uma espécie de mala

preta com 700 milhões de dólares para distribuir – e isso é uma atitude política. Fazer doações, empréstimos com juros subsidiados para um país que não consegue empréstimos (ainda que a juros normais), é uma atitude política. Dizer que ‘não vou tratar de questões de direitos humanos’ é uma atitude política. Surgiu uma nova diplomacia, que é a diplomacia do ‘eu fico calado, não falo nada’.

Os presidentes, quando fazem visitas oficiais, têm uma agenda própria que, na maioria das vezes, inclui relações também com a oposição, é quase uma regra. E, no caso do Brasil, mais de uma vez em visitas oficiais a Cuba, o representante brasileiro recebeu dissidentes. O governo cubano ficava chateado, brigava, mas são dois trabalhos: ficar chateado e deixar de ficar, pois isso

não incomoda o Brasil; incomoda uma parte da opinião brasileira, respeitável mas muito pequena, que acha mais importante a democracia cubana do que a democracia americana, por exemplo, fazendo uma opção entre as duas, quando uma nada tem a ver com a outra.

JU – E o setor empresarial brasileiro, não teria interesse em investir em Cuba?

José Augusto Guilhon Albuquerque – Pelo que sei, os investimentos espanhóis chegaram antes e são muito mais importantes que os investimentos brasileiros. E, aparentemente, também são mais bem-vindos. Existem alguns projetos de investimentos do Brasil, mas a economia cubana é muito pequena. A menos que o Brasil quisesse usar seus investimentos de uma maneira ‘impe-



Dilma Rousseff recebe o vice-primeiro chinês, Wang Ois para Guilhon Albuquerque, presidente na